

Depreciação de ativos biológicos bovinos de acordo o CPC 29

Recebimento dos originais: 11/07/2023
Aceitação para publicação: 13/03/2024

Geisiely Dosso Karnoski de Jesus

Bacharela em Ciências Contábeis – FADAF

Instituição: Faculdade de Direito de Alta Floresta

Endereço: Avenida Papa João XXIII, n. 632, Setor B, Centro, Alta Floresta – MT, CEP:
78580-000

E-mail: karnoski_2001@outlook.com

Hadassa Landherr Friske

Mestra em Ciências Contábeis e Administração – FUCAPE ES

Instituição: Faculdade de Direito de Alta Floresta

Endereço: Av. Perimetral Leste Dep. Rogério Silva, s/n Centro, Alta Floresta - MT,
78580-000

E-mail: hadassalf13@gmail.com

Resumo

A contabilidade rural é uma das técnicas contábeis aplicada para o setor agropecuário, utilizada para gerenciamento de informações e auxílio na tomada de decisões para o desenvolvimento financeiro das propriedades. O artigo buscou demonstrar o tratamento contábil do CPC 29, que trata sobre a depreciação dos ativos biológicos, delimitando-se apenas a depreciação de bovinos. Para tanto, adotou-se como método o estudo de caso exploratório, em conjunto com pesquisas bibliográficas e documentais. Conclui-se que os objetivos foram alcançados. Dito isto, como resultados alcançados, tem-se que foram explanados conceitos básicos sobre a importância da contabilidade rural, mensuração do ativo biológico e a maneira correta de realizar a contabilização de um caso prático de aquisição de bovinos nas condições de reprodutores e matrizes, bem como, a maneira que ocorre a correta mensuração do valor residual, do valor depreciável, da depreciação por dois métodos distintos: pelo método linear e pela perda produtiva dos animais.

Palavra-chave: Ativo Biológico; Depreciação de bovinos; CPC 29.

1. Introdução

A contabilidade Rural é o ramo da contabilidade que estuda o patrimônio rural e que visa auxiliar na tomada de decisão dos produtores rurais e aplicação de estratégias a fim de gerar melhores resultados, aumentando a produtividade e reduzindo custos e efeitos negativos (ELGER E ANTÔNIO, 2020).

As atividades rurais têm aumentado a cada ano, segunda o Ministério da Agricultura e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em 2020 a soma de bens e

serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,98 trilhão ou 27% do PIB brasileiro, já em 2021 chegou 30%, respectivamente.

Desta maneira, faz-se necessário a contabilidade rural para o planejamento e informações gerenciais a fim de mensuração de despesas e receitas, como formação e avaliação de estoques, seja por preço de custo ou preço de mercado, culturas permanentes, depreciação de máquina, equipamentos e ativos biológicos, dentre outras. (NASCIMENTO; FERREIRA; NAZARETH, 2015).

Dentre os aspectos contábeis aplicados a contabilidade rural, é relevante um estudo sobre a mensuração dos ativos biológicos e como é sua aplicação nas empresas, baseando-se no pronunciamento técnico das normas contábeis, levando em conta o aumento das atividades rurais e o diferencial por trabalhar com exemplos práticos aplicados a pecuária bovina, facilitando o entendimento e o aprimoramento do conhecimento sobre o assunto (GALVÃO, 2020).

Neste sentido, o CPC 29 busca definir o tratamento contábil aplicado aos ativos biológicos e produtos agrícolas, como mensuração, divulgação e demais quesitos. Estes ativos podem ser plantas e/ou animais vivos.

Assim, o presente trabalho tem como tema o CPC 29: Depreciação de Ativos Biológicos, entretanto delimitou-se como: Depreciação de bovinos de acordo com o CPC 29 que trata sobre o tratamento contábil de ativos biológicos. Para isso será elaborado um estudo de caso apresentando os aspectos contábeis.

Diante disso, surge a seguinte problemática da pesquisa: Como é realizado o tratamento contábil da depreciação na pecuária?

A vista disso, buscou-se como objetivos apresentar um estudo de caso a fim de demonstrar como é realizada a depreciação contábil de bovinos, conceituar contabilidade rural e sua importância para os produtores, discorrer sobre o CPC 29 e o tratamento contábil para os ativos biológicos e demonstrar a aplicação da norma para a depreciação de bovinos.

A justificativa posiciona o trabalho no campo científico e tecnológico. No primeiro campo, o estudo se justifica devido a baixa produção de conteúdo científico vinculado à contabilidade na bovinocultura. Já no campo tecnológico, se ampara apresentando um resumo, com aplicação prática, dos principais critérios de mensuração adotados no setor para a mensuração dos ativos biológicos.

O artigo encontra-se estruturado com 5 capítulos: o primeiro apresenta o tema, problemática, objetivos e justificativa da pesquisa, o segundo apresenta os fundamentos teóricos que corroboram para a caracterização dos conceitos e fundamentações teóricas do

tema, no terceiro são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados a fim de descrever os métodos e as técnicas utilizados para a coleta e tratamento dos dados advindos do estudo de caso, no quarto mostra os resultados e as discussões acerca dos dados obtidos, e por fim no quinto e último capítulo constam as considerações finais sobre o estudo.

2. Fundamentação Teórica

A empresa rural é caracterizada por ser um local onde a atividade rural é explorada, ou seja, exploram a capacidade produtiva do solo a fim de obter-se renda. O campo de atividades pode ser dividido em três grupos: atividade agrícola (cultivo de plantas e cereais), atividade zootécnica (criação de animais) e atividade agroindustrial (processamento das matérias-primas) (FRISKE; SOARES, 2020).

Neste sentido, segundo Crepaldi (2016, p. 3) “a empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural”, ou seja, é um organismo social e econômico que agregado com capital, trabalho e administração, visa a obtenção de lucros.

Dentro desse processo produtivo, faz-se importante a presença do empresário rural, que está diretamente ligado à empresa e exerce profissionalmente a atividade econômica, seja ele pessoa jurídica ou física, e é o principal beneficiado da atividade rural (FONSECA et. Al, 2015).

O empresário rural necessita conhecer o capital e os resultados gerados pela empresa. A contabilidade rural destaca-se por tornar-se um instrumento de apoio a esses empresários, prestando-lhe informações e auxiliando-os na tomada de decisões e controle das operações (ULRICH, 2009).

A contabilidade rural está centrada no estudo do patrimônio rural e tem papel importante na mensuração de resultados relacionados à gestão da atividade rural, pois visa auxiliar na aplicação de estratégias que permitem melhorar os resultados dos negócios. (ELGER; ANTÔNIO, 2020). Assim, a contabilidade rural pode ser caracterizada por possuir suas normas baseadas em orientação, controle e registro dos fatos e atos ocorridos por uma empresa do ramo da agricultura ou pecuária (BORILLI et al., 2005).

Portanto, a contabilidade rural é um instrumento muito importante para as empresas rurais, unido ao agronegócio, fornecem informações relevantes para analisar a situação da

empresa, a fim de evitar prejuízos e permitir a segurança do empresário (FONSECA et. Al, 2015).

Ainda mais, o agronegócio pode ser definido como o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, produção até o processamento, distribuição e consumo dos produtos “in natura” ou industrializados (ULRICH, 2009).

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) o agronegócio brasileiro fechou o primeiro semestre de 2022 com superávit de US\$ 71,2 bilhões – crescimento de 32,3% frente ao mesmo período do ano anterior. As exportações do setor somaram US\$ 79,3 bilhões, enquanto as importações, US\$ 8,1 bilhões – valores 29,4% e 8,6% acima dos observados em 2021. Considerando os produtos de todos os setores – balança comercial total –, o primeiro semestre também foi superavitário (US\$ 34,3 bilhões), ligeiramente abaixo dos US\$ 37 bilhões registrados no primeiro semestre de 2021.

Ainda nesse sentido, o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) calcula o PIB do Agronegócio com apoio financeiro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e segundo ele, o segmento da pecuária contribui melhor do que agricultura entre os anos 2020 e 2021, tendo em vista o preço dos insumos e custos na produção.

O Valor Bruto da Produção (VBP) da Agropecuária é projetado em R\$ 1,37 trilhão em 2022, conforme estimativa realizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O VBP é o faturamento bruto dentro dos estabelecimentos rurais, considerando as produções agrícolas e pecuárias, e a média de preços recebidos pelos produtores de todo o país. A projeção foi feita com dados até fevereiro de 2022 para as estimativas agrícolas e pecuárias.

O agronegócio pode integrar diversos setores da economia brasileira que estão ligados a produtos e subprodutos advindos de atividades agrícolas e pecuárias. A atividade agrícola é uma maneira econômica que consiste em usar a terra para plantação de alimentos, ou seja, é o cultivo de produtos agrícolas e pode-se dividir em dois grupos: culturas hortícolas e forrageiras e/ou arboricultura. As culturas hortícolas e forrageiras são compostas pelos cereais, hortaliças, tubérculos, plantas oleaginosas, fibras, especiarias, dentre outras. Já a arboricultura é composta pelo florestamento, pomares e vinhedos (MARION, 2019).

A atividade agrícola tem características muito heterogêneas devido à grande diversidade de atividades que aglutina. Esta atividade é das mais antigas e assume grande importância nas distintas economias (QUESADO et. Al, 2018).

A atividade zootécnica corresponde a criação de animais e dentre as atividades pode-se listar a apicultura, a avicultura, a canicultura, a pecuária, a piscicultura, a ranicultura, a sericultura, dentre outros (MARION, 2019).

As atividades pecuárias correspondem a criação e comercialização de animais diversos, sendo eles gado, frango, porcos. “A transformação biológica é o fator que distingue a agropecuária das outras atividades produtivas por resultar em mudanças nos ativos decorrentes de crescimento, degeneração e procriação”. (BRITO et. al, 2014, p. 7). A atividade pecuária no Brasil é um dos principais segmentos da economia nacional (PONCHIO et. al, 2006).

Podemos caracterizar os produtos advindos das atividades agrícolas e pecuárias como ativos biológicos. De acordo com o CPC 29 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009, p. 3), “[...] ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos; e produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade”.

Para que sejam reconhecidos como ativo biológico, a norma prevê alguns quesitos para seu reconhecimento, como: quando se pode controlar o ativo como resultado de eventos passados; for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade; e o valor justo ou o custo do ativo se puder ser mensurado confiavelmente. Em atividades agrícolas, os produtos agrícolas colhidos de ativos biológicos devem ser mensurados a valor justo, menos a despesa, no momento da colheita. Já no caso da pecuária, pela propriedade legal do gado e sua marcação no momento da aquisição, nascimento ou desmama (CPC 29, 2009).

À vista disso, faz-se necessário a contabilização dos bens para controle financeiro e controle de estoque, visto que os estoques são formados pelos animais que são destinados a venda. Os animais que podem compor o estoque, no caso da pecuária são os de produção (animais matrizes, bovinos de leite, animais de recria e engorda, etc.).

Desta forma, a correta contabilização de quantidade e valor do estoque é fundamental para o controle interno e apuração de resultados. No caso de empresas que possuem suas atividades com base na criação e venda de animais vivos, os estoques são significativos no total do ativo e a apuração adequada do valor destes é de grande valia no que pese a apuração real da lucratividade no momento da venda. As variações de estoques nas atividades pecuárias são constantes, pelas atividades de venda, nascimento (superveniências ativas), morte (insubsistências ativas), transferências entre fazendas, e a mensuração quantitativa (BARBALHO et. Al, 2005).

Neste seguimento da correta mensuração e contabilização dos bens, ressalta-se a realização da depreciação sobre os bovinos, pois esta incorpora o custo da produção e muitas vezes torna-se imperceptível para o produtor. (BARBALHO et. Al, 2005).

Os animais destinados a reprodução (matrizes e reprodutores) são classificados como Ativo Imobilizado e estão sujeitos a depreciação em função de sua vida útil. A taxa anual de depreciação deve ser determinada por veterinários ou os próprios pecuaristas, visto que detém dos conhecimentos necessários. Para isso pode-se utilizar os métodos: Linear ou linha reta, soma dos dígitos dos anos crescente ou decrescente, taxas variáveis ou das unidades de produção (DUCATI, 2012).

Diante disso, a NBC TG 27 – IAS 16 de R (4) – Ativo Imobilizado, apresenta tais métodos. A depreciação pelo método linear ou linha reta resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere, desse modo, determina-se o custo de aquisição, já incluso os gastos adicionais, com extração do valor residual após a vida útil, dividindo o saldo restante pelo tempo de utilização.

No quadro fiscal, a Receita Federal define a taxa da depreciação de animais através da base de Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM. O Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1700/17, determina as taxas de depreciação para semoventes, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Taxas de depreciação Semoventes

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
Capítulo 01	Animais vivos		
0101	Animais vivos das espécies cavalariça, asinina e muar	5	20 %
0102	Animais vivos da espécie bovina	5	20 %
0103	Animais vivos da espécie suína	5	20 %
0104	Animais vivos das espécies ovina e caprina	5	20 %
0105	Galos, galinhas, patos, gansos, perus, peruas e galinhas-d'angola (pintadas), das espécies domésticas, vivos	2	50 %

Fonte: Anexo III da IN 1.700/17 RFB

O método dos saldos decrescentes resulta na utilização de quotas decrescentes durante a vida útil do bem, portanto seu cálculo dá-se pelo número restantes da vida útil, dividindo-se pela soma de anos de vida útil (MACHADO; PAPANAZZO, 2013).

O método de unidades produzidas resulta em despesa baseada no uso ou produção esperados, ou seja, é resultante da divisão do número de unidades produzidas no exercício pelo número estimado total de produção do bem (MACHADO; PAPANAZZO, 2013). Em

razão da dificuldade da efetiva verificação da eficiência do gado de reprodução, o método mais utilizado é o de linha reta (MARION, 2019).

A vista disso, tendo em vista que um touro, por exemplo, quando atinge a máxima eficiência, há um processo de declínio, todavia, por ser difícil detectar o período exato deste, a depreciação é iniciada a partir de sua utilização para reprodução. Ademais, vale ressaltar que a vida útil do reprodutor ou matriz pode ser considerado o período de fornecimento (captação) de sêmen (inseminação artificial), e não somente o período de monta e/ou cria (MARION, 2019).

O cálculo para a realização da depreciação leva em consideração o valor residual do animal, valor obtido após a sua venda (CREPALDI, 2016). Normalmente, ocorre a castração, engorda e a venda para abate, portanto, multiplica-se o preço por arroba negociada com o frigorífico comprador (MARION, 2019).

Portanto, a memória do cálculo é o valor contábil subtraindo o valor residual que determinará o saldo depreciável. Por fim, aplica-se a taxa de depreciação determinada e se obterá o valor depreciado (MARION, 2019).

3. Metodologia

A pesquisa é importante para buscar conhecimento e os caminhos percorridos referem-se ao tipo de pesquisa que se utilizou para chegar até o entendimento (KLEINA, 2016). O estudo ocorreu no período de julho a novembro de 2022 no município de Alta Floresta - MT, em parceria com uma propriedade rural, em específico, a agropecuária Cristo Rei que trabalha com cria, recria e engorda de bovinos e após a vida útil do animal reprodutor, este é encaminhado ao abate no frigorífico da região. Foram realizadas 3 reuniões: a primeira em julho/2022, alinhando a parceria de pesquisa; a segunda em outubro/2022, coletando os dados e informações relevantes; e a terceira em novembro/2022, para apresentar os resultados e revisão.

Assim, para atingir o objetivo deste artigo, a metodologia adotada foi um estudo de caso de caráter exploratório descritivo, utilizando-se de pesquisas documentais e bibliográficas.

Para YIN (2014), um estudo de caso é caracterizado por possuir muitas variáveis, baseia-se em várias fontes de evidências e beneficia-se dos desenvolvimentos teóricos para conduzir a coleta e a análise de dados. A justificativa para a escolha do estudo de caso como

abordagem para um problema de pesquisa dá-se por tratar de um fenômeno pouco investigado (SILVA et. Al, 2021).

Segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 221) “estudos exploratório-descritivos combinados: têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”, ou seja, estudos que buscam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e novas ideias a partir de pesquisas, possibilitando aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos a partir de sua utilização (OLIVEIRA, 2011). Deste modo, conceitua-se essa pesquisa exploratória na medida em que abrange o tema ‘ativos biológicos e depreciação’, assunto pouco explorado pela área contábil (LEAL et. Al, 2012).

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, porém Gil (2002, p. 45) explica que:

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Desta forma, a pesquisa documental fora importante para a coleta dos dados e foi realizada a partir do estudo dos demonstrativos contábeis da propriedade rural analisada.

4. Resultados e Discussão

O estudo de caso foi realizado na agropecuária Cristo Rei, onde o produtor trabalha com cria, recria e engorda de bovinos, e possui alguns animais reprodutores que após a vida útil do animal, são vendidos para abate para o frigorífico da região. Dessarte, pode-se classificar esta como empresa rural, atuante no campo da atividade zootécnica (FRISKE, SOARES, 2020; BRITO et. al, 2014).

A fase inicial das atividades se dá pela aquisição dos bovinos reprodutores (touros) e das matrizes (vacas). Devem ser considerados para registro contábil adequado, que o objetivo fim, no ato da compra, é que esses animais terão como atividade fim a procriação e posteriormente um valor residual com a venda do abate. Sendo assim, o gado se enquadra nos quesitos do CPC 29 e é classificado como Ativo Biológico, no Ativo Não Circulante como imobilizado (CPC 29, 2009).

Na pecuária, os ativos biológicos devem ser mensurados pela propriedade legal do gado e sua marcação no momento da aquisição, nascimento ou desmama (CPC 29, 2009). A

contabilização pela aquisição (compra) de um touro reprodutor no valor de R\$ 30.000,00 e uma vaca matriz no valor de R\$ 20.000,00, pode ser observado nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Contabilização - aquisição - touro reprodutor

D/C	CONTAS	VALOR
D	Ativo Não Circulante Imobilizado (Ativos Biológicos – Reprodutores)	R\$ 30.000,00
C	Ativo Circulante Disponível – Caixa/Banco	

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 3: Contabilização – aquisição - vaca matriz

D/C	CONTAS	VALOR
D	Ativo Não Circulante Imobilizado (Ativos Biológicos - Matrizes)	R\$ 20.000,00
C	Ativo Circulante Disponível – Caixa/Banco	

Fonte: Elaborada pela autora

Segundo Marion (2019), é recomendado classificar todo rebanho nascido na propriedade como estoque (ativo circulante) e, quando houver certeza de que o animal será utilizado na procriação, lançá-lo em Ativo Não Circulante – Imobilizado, denominados Ativos Biológicos. Isso porque os Ativos Biológicos zootécnicos, são autorrenováveis, ou seja, os que dão origem aos ativos consumíveis. Neste caso, sendo um ativo que permanece produzindo apesar da perda do potencial no decorrer do tempo (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017).

Quanto a porcentagem depreciável aceita fiscalmente, a Receita Federal através da NCM, na Instrução Normativa RFB nº 1700/17, Anexo III, estipula que o prazo de vida útil para os animais em questão, animais vivos da espécie bovina, é de 5 anos com taxa de depreciação anual de 20%.

Além de existir a tabela de depreciação linear com a vida útil dos animais e a taxa de depreciação, podemos depreciar pela perda da capacidade de trabalho no decorrer da vida do animal. Neste caso, o veterinário é a pessoa mais indicada para determinar a vida reprodutiva e a taxa para os animais, pois há muita variabilidade de raças, clima, condições de vida, distâncias a percorrer etc. (MARION, 2019).

Seguindo a contabilização dos animais apresentados acima, um touro reprodutor com valor de R\$ 30.000,00, vida útil de 8 anos avaliada por um veterinário, ou seja, pode ser utilizado para procriação natural (monta) junto as vacas (matrizes) por esse período, e mais 2

anos de coleta de sêmen (utilizado em inseminações artificiais), soma no total 10 anos de vida produtiva. Tendo em mente um peso médio de 800 kg, no caso de abate (vendido para corte no frigorífico) e valor da arroba de pauta de R\$ 151,56, tem o valor depreciável de R\$ 21.746,04, apresentado na Tabela 4. E seguindo, tem se a depreciação avaliada por ambos métodos, demonstrado na Tabela 5.

Tabela 4: Cálculo do valor residual – reprodutor

Média de Kg por animal	800,00
(=) Média @ por animal	R\$ 54,46
Valor de pauta da @	R\$ 151,56
(=) Valor Residual	R\$ 8.253,96

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 5: Cálculo do valor depreciável – reprodutor

	LINEAR	PERDA PRODUTIVA
Valor Contábil	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
(-) Valor Residual	R\$ 8.253,96	R\$ 8.253,96
(=) Valor Depreciável	R\$ 21.746,04	R\$ 21.746,04
(*) Taxa de Depreciação	20%	10%
(=) Depreciação (ao ano)	R\$ 4.349,21	R\$ 2.174,60

Fonte: Elaborada pela autora

Nesse mesmo sentido, uma vaca matriz pura avaliada em R\$ 20.000,00, com vida útil determinada por um veterinário de 8 anos, com um peso de 500 kg, no caso de abate, valor da arroba de pauta de R\$ 141,40, tem o valor depreciável de R\$ 15.188,16, conforme apresentado abaixo na Tabela 6. E posteriormente, observa-se a depreciação avaliada por ambos os métodos, demonstrado na Tabela 7.

Tabela 6: Cálculo do valor residual – matriz

Média de Kg por animal	500,00
(=) Média @ por animal	R\$ 34,03
Valor de pauta da @	R\$ 141,40
(=) Valor Residual	R\$ 4.811,84

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 7: Cálculo do valor depreciável – matriz

	LINEAR	PERDA PRODUTIVA
Valor Contábil	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
(-) Valor Residual	R\$ 4.811,84	R\$ 4.811,84
(=) Valor Depreciável	R\$ 15.188,16	R\$ 15.188,16
(*) Taxa de Depreciação	20%	12,5%
(=) Depreciação anual	R\$ 3.037,63	R\$ 1.898,52

Fonte: Elaborada pela autora

Após os referidos cálculos é importante realizar os lançamentos contábeis desta depreciação. Embora o lançamento para os métodos de depreciação distintos serem iguais, estes geram diferenças no resultado do exercício da empresa. As Tabelas 8 e 9 a seguir apresentam os lançamentos contábeis.

Tabela 8: Contabilização – depreciação – touro reprodutor

D/C	CONTAS	VALOR
D	Despesas Administrativas Depreciação	R\$ 4.349,21
C	Ativo Não Circulante Depreciação Acumulada – Imobilizado (Ativos Biológicos Reprodutores)	

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 9: Contabilização - depreciação - vaca matriz

D/C	CONTAS	VALOR
D	Despesas Administrativas Depreciação	R\$ 3.037,63
C	Ativo Não Circulante Depreciação Acumulada – Imobilizado (Ativos Biológicos Matrizes)	

Fonte: Elaborada pela autora

Dessarte, a contabilidade rural, através da mensuração de resultados relacionados à atividade rural, auxilia na assertividade das tomadas de decisões e aplicação de estratégias que gerem melhores resultados ao negócio (BORILLI et al., 2005; ULRICH, 2009; ELGER, ANTÔNIO, 2020).

Em suma, os achados se concentram na forma da mensuração, desde a classificação entre um ativo circulante ou como imobilizado, o valor residual e o método de depreciação

(linear ou perda produtiva) de um bovino, e que esta impacta no balanço patrimonial e no demonstrativo de resultados do exercício.

5. Considerações Finais

Independente do setor, seja industrial, comercial ou até mesmo na área rural, a contabilidade é uma ferramenta importante na geração de dados, que por sua vez, levam a tomada de decisão mais assertiva. Também tendo em vista o aumento do agronegócio no país, bem como, o aumento da dependência por parte dos produtores pelo conhecimento, informações e tecnologias para aumento de produção e resultados positivos, se torna importante que sejam estudadas e aplicadas as normas vigentes.

O estudo buscou apresentar o tratamento contábil para a depreciação de bovinos regular ao entendimento do CPC 29. Para isso, utilizou-se de uma pesquisa exploratória, com documentos e bibliografias, e compartilhando os resultados tecnológicos via tabelas.

Os resultados apontam que a mensuração correta do bovino, seja em sua finalidade para registro no balanço patrimonial (ativo circulante ou ativo não circulante imobilizado), no valor residual para venda após cumprir sua depreciação e em especial o método de depreciação (linear ou perda produtiva) utilizado, impacta diretamente no resultado operacional da empresa (lucro ou prejuízo).

Portanto, faz-se necessário a mensuração correta dos ativos biológicos, em todos os quesitos, para obter-se o real resultado da propriedade rural. E conseqüentemente, através das informações contábeis o planejamento e o controle orçamentário das atividades e auxiliam na tomada de decisões assertivas.

Ainda sobre os objetivos, discorreu-se sobre o Pronunciamento Técnico CPC 29 e seu objetivo, que é estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. E também, demonstrou-se a correta mensuração contábil dos bovinos, com exemplos práticos de contabilizações desde a aquisição (compra) dos reprodutores e matrizes, o cálculo e os lançamentos contábeis da depreciação.

Com base no estudo realizado, fica como proposta para pesquisas futuras um maior aprofundamento no campo da Contabilidade Rural e com estudos de caso em demonstrações contábeis em situações reais.

6. Referências

BARBALHO, Valdir Ferreira et al. O Controle de estoque de animais na pecuária bovina de corte: uma questão de continuidade. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC*, Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1927>. Acesso em: 19 ou. 2022.

BORILLI, Salete Polônia et al. O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo-PR. *Revista Ciências Empresariais da UNIPAR, Toledo*, v. 6, n. 1, p. 77-95, 2005. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/301> Acesso em: 03 mar. 2022.

BRITO, Eduardo de et al. Aplicação do valor justo aos ativos biológicos e produtos agrícolas na pecuária bovina. *Custos e agronegócio on line*. v. 10, n. 1, p. 190-2011, 2014. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v10/AB%20pecuaria.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022

CREPALDI, Silvio A. *Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial*. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2016.

DUCATI, Erves. *Contabilidade Rural*. 1. ed. Santa Catarina. 2012.

ELGER, Alexandra Bonifácio; DE MELO ANTÔNIO, Maysa Oliveira. Importância da utilização da contabilidade rural: uma análise sob a percepção dos produtores rurais do município de Nova Mutum (MT). *Revista Científica da AJES*, v. 9, n. 18, 2020. Disponível em: <https://revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/download/354/269>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FRISKE, Hadassa Landherr; SOARES, Ana Cristina Beck Serra. Gestão Financeira Através do Fluxo de Caixa: Estudo de Geração de Dados para Tomada de Decisões em Propriedades Rurais. *Revista de psicologia*, v. 15, n. 54, p. 134-149, 2021. Disponível em: <https://10.14295/idonline.v15i54.2947>. Acesso em: 06 abr. 2022.

FONSECA, Reinaldo Aparecida et al. Contabilidade rural no agronegócio brasileiro. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, v. 12, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/17922219.pdf> . Acesso em: 19 set. 2022.

GALVÃO, Juliano Garrett. Tratamento contábil no setor bovino de corte à luz do CPC 29. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. ano 05, ed. 11, vol. 01, p. 76-92, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/setor-bovino>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

KLEINA, Claudio. *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico*. Curitiba: IESDE Brasil, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, Anne Karine Torres.; PAPARAZZO, Lucas Gustavo. Depreciação: estudo sobre conceito, aspectos e métodos de cálculo. *INESUL - Ensino Superior de Londrina*, 2013. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_36_1435611292.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, Deyvson de Lima; OLIVEIRA, Gessy Dhein. *Contabilidade Rural: uma abordagem do agronegócio dentro da porteira com exercícios práticos e material de apoio ao professor*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. 2011. Monografia (pós-graduação) Universidade Federal de Goiás – UFG, Catalão, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

QUESADO, Patrícia Rodrigues; SILVA, Maria de Lurdes Ribeiro da; RUA, Susana Catarino. A contabilidade financeira e a gestão de custos na atividade agrícola. *Custos e agronegócio on line*. v. 14, n. 4, p. 214-258, 2018. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v14/OK%2011%20custos.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022

SILVA, Glênio Oliveira et al. ESTUDO DE CASO ÚNICO: UMA ESTRATÉGIA DE PESQUISA. *Revista Prisma*. v. 2, n. 1, p. 78-90, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/44>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOUZA, Marcia Moreira Ayres de; ZEN, Sergio de; PONCHIO, Leandro Augusto. *Caracterização da atividade pecuária nos municípios do Mato Grosso do Sul: Brasilândia, Chapadão do Sul, Paranaíba e Ribas do Rio Pardo*. 44º Congresso, julho 23-27, 2006, Fortaleza, Ceará, Brasil 147942, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sobr06/147942.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.

ULRICH, Elisane Roseli. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. *Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU*. v. 4, n. 9, 2009. Disponível em: https://www.passofundo.ideau.com.br/wpcontent/files_mf/3e5cfcb384a21ff293990d94c61120af108_1.pdf. Acesso em: 03 mar. 2022.

WANDERLEY, Carlos Alexandre Nascimento; SILVA, Anderson Chaves da; LEAL, Rodrigo Barreiros. Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. *Pensar Contábil*, v. 14, n. 53, 2012. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/1243>. Acesso em: 03 mar. 2022

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

1.